



ID: 66912676

14-11-2016 | Maiores Empresas

OPINIÃO

Empresas como motor social



Filomena Moreira
Bastonária da Ordem dos
Contabilistas Certificados

As empresas portuguesas, nomeadamente as micro, pequenas e médias (PME), foram das principais vítimas das sucessivas crises que têm vindo a sacudir o país nos últimos anos. As tesorarias de muitas destas empresas estão exauridas e outras suportam, cada dia, como se fosse o último, existindo casos que atingem grande dramatismo.

O pior da crise pode já ter sido ultrapassado, mas a recuperação firme e sem sobressaltos tarda, muito devido aos constrangimentos decor-

rentes de anos de abandono e de ausência de uma estratégia sólida.

Segundo dados revelados em agosto, há menos empresas em dificuldades a recorrer aos tribunais, mas o número de casos de falências está a aumentar. Nos primeiros oito meses do ano foi declarada a insolvência de 2.474 empresas, mais 819 do que em igual período do ano passado, o que representa um aumento de 49,5 por cento.

Números preocupantes se pensarmos que as empresas são o pulmão do tecido económico, o sustentáculo de milhares de famílias, a mola impulsora de postos de trabalho e garante da estabilidade social, para além de amortecedor providencial de tantas tensões sociais acumuladas. É este mérito que tarda em ser reconhecido. E só o será quando o Estado depositar plena confiança na relação que estabelece com os empresários, eliminando os preconceitos e alguns ressentimentos que, aqui e ali, ainda subsistem.

Um quadro legislativo amigável, acesso mais facilitado ao crédito bancário, a eliminação de deveres fiscais redundantes, deixando caminho livre aos empresários para se focarem no essencial são passos decisivos. Já para não falar do atraso crónico no pagamento de faturas e fornecedores que o Estado acumula todos os anos.

Neste particular, o pecado original começa no próprio Estado, que passa todo o ano a exigir que os cidadãos adotem uma postura honrada e de bem, mas teima em não dar o exemplo. Trata-se de um mau hábito cultural que está a asfiar as PME. É preciso dar passos concretos na direção inversa, dotando as empresas de melhores condições para operarem, nomeadamente em matéria fiscal. Os governos têm que perceber que sem empresas não há impostos e sem cidadãos não há receitas. Um país só será competitivo com um tecido empresarial, e em especial as PME, robusto e com ganhos de escala, para se aventurar em novos desafios além-fronteiras.

Contudo, a equação não conta apenas com a variável Estado. A variável dos empresários não pode ser esquecida e isenta de responsabilidades. Fomentar uma cultura empresarial mais coerente, e promover a articulação cada vez mais próxima a outros agentes, como são os próprios Contabilistas Certificados, que cada vez mais se assumem como conselheiros dos empresários e acrescentam valor ao ato de decidir, crucial na gestão. Sem cooperação entre ambos, dificilmente haverá resultados. Na verdade, é muito mais o que os une do que o que os separa.

